**O GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DIANTE DA NORMATIZAÇÃO EXIGIDA NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

PEDRO AUGUSTO DE CARVALHO¹

E-mail: pedro-augusto-carvalho@hotmail.com

1Graduando, Centro Universitário do Cerrado Mineiro, Direito, Patrocínio/MG, Brasil

**Introdução:** A Lei 5.764/1971, chamada de "Lei das Cooperativas", é essencial no Brasil para regular cooperativas, promovendo um modelo colaborativo e responsável. A Lei Complementar 130, de 2009, concedeu às cooperativas financeiras "autonomia" regulatória, sujeitando-as às diretrizes desse regulamento. Em agosto de 2022, a Lei Complementar 130 foi atualizada para a Lei Complementar 196, levando em conta o crescimento das cooperativas financeiras e introduzindo modificações, especialmente em governança. À medida que o cooperativismo de crédito cresceu, as exigências legais se intensificaram, equiparando as cooperativas financeiras às instituições bancárias tradicionais, evidenciando a maturidade do setor. O Conselho Monetário Nacional, responsável por regular moeda e crédito no Brasil, tem aumentado as regulamentações por meio de Resoluções, visando à estabilidade econômica, proteção do consumidor e integridade financeira. A "Gestão Integrada de Riscos" é crucial, regulamentada pelas Resoluções CMN 4.557 e 4.606, fortalecendo a solidez financeira dos bancos e a estabilidade do sistema. Contudo, surge o desafio de como as cooperativas de crédito podem conciliar seu crescimento com regras semelhantes às dos principais bancos, que têm estruturas sólidas. Questiona-se se essas regulamentações se adequam às cooperativas financeiras ou se devem ser ajustadas para considerar a natureza cooperativa e o crescimento desse setor. **Objetivo:** investigar e avaliar o processo de gestão integrada de riscos implementado por uma cooperativa de crédito em projeto de expansão e aumento de seus números de negócios, considerando as exigências normativas estabelecidas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, uma vez que se trata de um estudo de normativos e leis que tratem do cooperativismo de crédito e da necessidade do gerenciamento de riscos. Nesse sentido, será realizada a análise do arcabouço legal e a leitura de obras de autores especializados no assunto. **Resultados:** Ainda sem resultados em razão do projeto ainda estar em fase de pesquisa. **Conclusão:** Ainda sem conclusões realizadas em razão do projeto estar ainda em fase de pesquisa.

**Palavras-chave:** Riscos. Cooperativas. Normatização.